

# DOMINATION, CHEAT AND KNOWLEDGE BY LANGUAGE

## DOMINAÇÃO, TRAPAÇA E CONHECIMENTO PELA LINGUAGEM

Diana Luz Pessoa de BARROS

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Universidade de São Paulo (USP) Diversitas (CNPq)

### RESUMO

*Neste estudo a intenção é mostrar as várias facetas daquilo que em geral é chamado de dominação pela linguagem ou de poder da linguagem, e qual o papel dos estudiosos da linguagem, e do discurso em especial, no tratamento da questão. Essa questão será examinada na perspectiva dos estudos do discurso em geral e da semiótica discursiva de linha francesa em particular (Greimas, 2014, Greimas e Courtés, 2008), pois é na língua em uso, no campo dos discursos que a dominação ocorre, que o poder se manifesta, e é lá também que ele pode ser contestado ou aligeirado. Nosso ponto de partida nessas reflexões são três autores que, em seus escritos, por caminhos diferentes, mas que muitas vezes se cruzam, tratam do poder da linguagem: Roland Barthes, Mikhail Bakhtin e Mia Couto.*

### ABSTRACT

*In this study we aim to demonstrate the many aspects of what it is called domination by language or power of language and what is the roles of researchers of language, especially those of the discourse field, in the treatment of such subject. This question will be examined under the perspective of discourse studies and the French discursive semiotics, in particular (Greimas, 2014, Greimas e Courtés, 2008), because it is in the language in use, in the field of discourse, that occurs domination, that power manifest itself, it is where it can be contested or basted. Our starting point in this reflection comes from three authors who treat the power*

*of language in different ways, though, in some aspects, these different paths intersect: Roland Barthes, Mikhail Bakhtin and Mia Couto.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Discurso; linguagem; poder.*

## KEYWORDS

*Discourse; language; power.*

## Introdução

Neste estudo a intenção é mostrar as várias facetas daquilo que em geral é chamado de dominação pela linguagem ou de poder da linguagem, e qual o papel dos estudiosos da linguagem, e do discurso em especial, no tratamento da questão. Essa questão será examinada na perspectiva dos estudos do discurso em geral e da semiótica discursiva de linha francesa em particular (Greimas, 2014, Greimas e Courtés, 2008), pois é na língua em uso, no campo dos discursos, que a dominação ocorre, que o poder se manifesta, e é lá também que ele pode se contestado ou aligeirado. Nosso ponto de partida nessas reflexões são três autores que, em seus escritos, por caminhos diferentes, mas que muitas vezes se cruzam, tratam do poder da linguagem: Roland Barthes, Mikhail Bakhtin e Mia Couto. Organizamos o artigo em duas partes: na primeira discutimos o poder da língua e dos discursos, na perspectiva desses autores, examinando os caminhos que propõem para escapar dessa dominação - a trapaça na língua, a polifonia, o plurilinguismo ou o multilinguismo; na segunda, procuramos mostrar o papel dos estudiosos do discurso na explicitação do poder dos discursos e na busca da inserção e da intervenção social, pela produção de conhecimento sobre essas questões em geral e sobre a dominação sócio-histórica e ideológica dos discursos, em especial. Também na segunda parte desta exposição, os três autores mencionados marcam o lugar de partida.

## 1. Dominação e trapaça

Roland Barthes, em sua *Aula* (1980) no Collège de France, discute três aspectos da questão que nos ocupa: é na linguagem e, em especial, na língua que o poder se inscreve; um idioma se define menos pelo que ele permite dizer do que por aquilo que ele obriga a dizer (retomando Jakobson); a língua em uso, o discurso, está preso à fatalidade do poder. O autor diz:

É, com efeito, de poder que se tratará aqui, indireta mas obstinadamente. A “inocência” moderna fala do poder como se ele fosse um: de um lado aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um abjeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinos, mas em suma que ele é sempre uno. E no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? [...] Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos de intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo de discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra *os* poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso,

extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência, dessa ubiquidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. [...] Jakobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer. Em nossa língua francesa (e esses são exemplos grosseiros), vejo-me adstrito a colocar-me primeiramente como sujeito, antes de enunciar a ação que, desde então, será apenas meu atributo: o que faço não é mais do que a consequência e a consecução do que sou; da mesma maneira, sou obrigado a escolher sempre entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos; do mesmo modo, ainda, sou obrigado a marcar minha relação com o outro recorrendo quer ao *tu*, quer ao *vous*: o suspense afetivo ou social me é recusado. (p. 10-13)

Barthes exemplifica o poder da linguagem com o sistema linguístico que nos obriga a dizer, e que submete o discurso ao poder da língua. Ainda que assim dominados, o discurso, seus produtores e seus estudiosos podem, segundo o autor, fazer uso de algumas estratégias para escapar, ao menos em parte, dessa dominação da linguagem, “ligada à história inteira do homem”. Dessa forma, para “ouvir a língua fora do poder”, Barthes diz que é necessário pagar o “preço do impossível”, e “trapacear” a língua, com a literatura:

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*. (p.16).

Mikhail Bakhtin (1970, 1981, 1986, 1988 e 1992), por sua vez, fala de outra forma de dominação pela linguagem, igualmente fatal e sem escapatória, a da ideologia, e aponta outra direção ou trapaça, também na linha do impossível, para essa “fuga” dos poderes dos discursos, a da multiplicidade de vozes e valores, no dialogismo e na polifonia. Em estudos anteriores (Barros, 1994 e 1996; Barros e Fiorin, 1994), que, em parte, retomamos aqui, examinamos já algumas dessas questões. O princípio dialógico permeia a concepção de Bakhtin de linguagem e, quem sabe, de mundo, de vida. O autor concebe o dialogismo como característica essencial ou princípio constitutivo da linguagem e condição do sentido do discurso. O dialogismo, assim concebido, define o texto como um tecido de muitas vozes, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, respondem umas às outras ou polemizam entre si. Se nos discursos (ou textos) falam vozes diversas que mostram a compreensão que cada classe ou segmento de classe tem do mundo, em um dado momento histórico, esses discursos são, por definição, ideológicos. As afirmações sobre o caráter dialógico e, conseqüentemente, ideológico do discurso, entendido como lugar de elaboração e de difusão de ideologia, fazem muitas vezes acreditar, por oposição, no caráter neutro do sistema da língua. Não é essa a posição de Bakhtin (ver também, sobre a questão, Fiorin, 1988). Para Bakhtin, no sistema da língua se imprimem historicamente as marcas ideológicas do discurso: “o discurso

reflete as mais imperceptíveis alterações da existência social” (1986: 46). Nesse caso, deve-se reconhecer que os traços impressos na língua, a partir dos usos discursivos, criam em seu interior choques e contradições que fazem o autor afirmar que em todo signo se confrontam índices de valor contraditório e que, em suma, o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Uma mesma língua produz, portanto, discursos ideologicamente opostos: classes sociais diferentes utilizam um mesmo sistema linguístico, de acordo com seus valores e antagonismos. Da língua, assim definida, surgem os discursos ideológicos que, na maior parte das vezes escolhem um dos polos, um dos valores, e procuram mascarar o dialogismo constitutivo da linguagem ou suas contradições, como veremos a seguir, ao tratar da questão da polifonia.

O dialogismo, entendido como o diálogo entre os muitos textos da cultura, que se instala no interior de cada texto e o define, é, em geral, apontado como o princípio que costura o conjunto das investigações de Bakhtin. O texto é o ponto de intersecção de muitos diálogos, cruzamento de vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas. Embora muitas vezes utilizados como sinônimos, procuramos em nossos estudos distinguir dialogismo e polifonia, reservando o termo dialogismo para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso, e empregando a palavra polifonia para caracterizar certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são ouvidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem. Em outras palavras, o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas. No caso dos textos polifônicos, as vozes se mostram, no dos monofônicos, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz. Monofonia e polifonia de um discurso são, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos. Os textos, como vimos, são dialógicos porque resultam do embate de muitas

vozes sociais, mas podem produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas se deixam escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. Com essa distinção separam-se os discursos autoritários dos discursos poéticos. Considera-se discurso autoritário aquele em que se abafam as vozes dos percursos em conflito, em que o discurso se cristaliza e se faz discurso da verdade única, absoluta, incontestável. Assume-se e aceita-se o poder inerente à linguagem. Nesse caso, para retomar o diálogo apagado e contestar a “verdade” construída e imposta são necessários outros textos que, pela interdiscursividade ou intertextualidade, recuperem a polêmica escondida e os choques sociais. A censura nos regimes autoritários é, entre outros, um meio de impedir que se retome o diálogo perdido. Discurso poético, por sua vez, é aquele que instala, internamente, graças a uma série de mecanismos, o diálogo intertextual, a complexidade e as contradições dos conflitos sociais. Considera-se poético qualquer discurso - poesia, pintura, dança e outros - que apresente as características polifônicas mencionadas. Reencontramos aqui, por outros caminhos, a trapaça da literatura defendida por Barthes.

Barthes e Mía Couto retomam também questões que dizem respeito ao preconceito e à intolerância em relação aos usos da linguagem, à variedade linguística, às línguas diferentes, à oralidade. A resposta a essas discriminações está no plurilinguismo ou no multilinguismo, como temos procurado também apontar em nossos estudos sobre os discursos preconceituosos e intolerantes (Barros, 2008a, 2008 b, 2011, 2013). Nesses estudos, mostramos que os contratos de diversidade e de pluralidade - contratos de multilinguismo, de mistura, de mestiçagem, de diversidade sexual, de pluralidade religiosa - podem transformar discursos intolerantes e preconceituosos em discursos de aceitação social, em que as diferenças coexistem, e que esses discursos são outras formas de resistência à dominação linguística.

Barthes trata, sobretudo, da variação linguística e da necessidade de se falar várias línguas, no interior de um mesmo idioma. Em sua *Aula* (1980), ele diz:

Censura-se, frequentemente o escritor, o intelectual, por não escrever a língua de “toda a gente”. Mas é bom que os homens, no interior de um mesmo idioma – para nós o francês - tenham várias línguas. Se eu fosse legislador [...], longe de impor uma unificação do francês, quer burguesa, quer popular, eu encorajaria, pelo contrário, a aprendizagem simultânea de várias línguas francesas, com funções diversas, promovidas à igualdade. [...] Essa liberdade é um luxo que toda sociedade deveria proporcionar a seus cidadãos: tantas línguas quantos desejos houver: proposta utópica, pelo fato de que nenhuma sociedade está ainda pronta a admitir que há vários desejos. Que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra: que o sujeito futuro conheça, sem remorso, sem recalque, o gozo de ter a sua disposição duas instâncias de linguagem, que ele fale isto ou aquilo segundo as perversões, não segundo a Lei. (p. 24).

Essas várias línguas francesas ou, no nosso caso, várias línguas portuguesas – do Nordeste e de São Paulo, da cidade e do campo, dos falantes cultos e dos iletrados –, “promovidas à igualdade”, como diz ele, seriam o luxo da liberdade e evitariam preconceitos e intolerâncias em relação à linguagem e ao “diferente”, em geral.

Mia Couto (2011: 11-24), em um belo texto intitulado “Línguas que não sabemos que sabíamos”, apresentado em um congresso internacional de literatura, em Estocolmo, diz coisas fundamentais para nossa discussão:



Num congresso que celebra o valor da palavra, o tema de minha intervenção é o modo como critérios hoje dominantes desvalorizam palavra e pensamento em nome do lucro fácil e imediato. Falo de razões comerciais que se fecham a outras culturas, outras línguas, outras lógicas.[...] O que fez a espécie humana sobreviver não foi apenas a inteligência, mas nossa capacidade de produzir diversidade. Essa diversidade está sendo negada nos dias de hoje por um sistema que escolhe apenas razões de lucro e facilidade de sucesso. Os africanos voltaram a ser “os outros”, os que vendem pouco e os que compram ainda menos. Os autores africanos que não escrevem em inglês (e em especial os que escrevem em língua portuguesa) moram na periferia da periferia, lá onde a palavra tem de lutar para não ser silêncio. (p.13) [...] O sociólogo indiano André Béteille escreveu: “Conhecer uma língua nos torna humanos, sentir-mo-nos a vontade em mais que uma língua nos torna civilizados”. Se isto é verdade, os africanos – secularmente apontados como os não-civilizados – poderão estar mais disponíveis para a modernidade do que eles próprios pensam. Grande parte dos africanos domina mais do que uma língua africana e, além disso, falam uma língua europeia. Aquilo que é geralmente tido como problemático pode ser, afinal, uma potencialidade para o futuro.[...] De qualquer modo, um futuro civilizado passa por grandes e radicais mudanças neste mundo que poderia ser mais nosso.[...] Esse homem do futuro deveria ser, sim, uma espécie de nação bilíngue.[...] O que advogo é um homem plural, munido de um idioma plural. Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado, um idioma que

nos crie raiz e lugar. Do outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem. Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir uma outra que nos eleve à condição de divindade. (p.23 e 24).

O autor, em boa parte na mesma direção de Roland Barthes, insiste no caráter imprescindível da diversidade e da pluralidade - do multiculturalismo e do multilinguismo -, como condições da civilização, da modernidade e do desenvolvimento futuro. Retoma também a importância de “um homem plural, munido de um idioma plural”, que sabe línguas que não sabia que sabia, e que, com essa pluralidade linguística, tal como proposto por Barthes com a trapaça literária da língua, pode driblar o poder da linguagem e ser, ao mesmo tempo, raiz e asa, humanidade e divindade.

É fácil perceber a diferença de concepção desses autores da daqueles que constroem discursos preconceituosos e intolerantes, em que, em lugar de usar estratégias para trapacear o poder da língua, utilizam procedimentos para manter e reforçar a dominação, pela linguagem, do “outro”, do “diferente”. São discursos contrários à diversidade, à pluralidade, ao multiculturalismo, ao plurilinguismo, à agregação (Landowski, 2012) das diferenças:

Africanos descendem de um ancestral amaldiçoado por Noé (Deputado Federal Marco Feliciano, Twitter, 30/03/2011). O caso do continente africano é sui generis: quase todas as seitas satânicas, de vodu, são oriundas de lá. Essas doenças, como a Aids, são todas provenientes da África (Marco Feliciano, UOL Notícias, 31/03/2011).

William Johnson, presidente do American Freedom Party, listado como grupo de ódio pelo SPLC, defende a proibição de casamentos entre brancos e negros e

o separatismo, a fim de criar uma “nação branca”. “Diversidade e multiculturalismo são sinônimos de genocídio branco. Eu quero que nossas escolas primárias tenham só crianças loiras, de olhos claros, crescendo e aprendendo a ser boas para a comunidade. Eu não quero que nos tornemos o Brasil”, disse Johnson, por telefone, à Folha. (Folha de S. Paulo, 15/06/2014, A16)

Hoje qualquer suposto preconceito contra cariocas, nordestinos e baianos deixou de existir, porque virou Pós Conceito! Bando de fdp que destruíram nosso país e a economia por migalhas! Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o Ebola chegue ao Brasil pelo Nordeste e que mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito! (publicado no Facebook de Regina Zouki Pimenta, em 27 de outubro de 2014).

Poderíamos comentar que, de novo, “lá vem o Seu Noé, comandando o batalhão”...

## **2. Dominação e saber**

Se na primeira parte deste artigo, procuramos apontar algumas formas de construir discursos que driblem o seu poder – a literatura, o plurilinguismo, a polifonia –, trataremos agora do papel dos estudos do discurso na produção de conhecimento sobre o poder da linguagem, como mais um caminho para, pelo saber sobre a dominação, atenuá-la, aligeirá-la. Os mesmos autores, Barthes, Bakhtin e Mia Couto dão também algumas pistas para que os estudiosos do discurso cumpram

esse papel de produzir saberes que contribuam para a aceitação, a inclusão e a intervenção social.

Barthes (1980), como vimos, propõe como caminho para “ouvir a língua fora do poder” driblar a dominação e “trapacear” a língua, com a literatura. Mostra, porém, também outra direção, para, como diz ele, ao menos “aligeirar” o poder, a dos estudos discursivos, no seu caso, semiológicos:

Já que este ensino tem por objeto, como tentei sugerir, o discurso preso à fatalidade de seu poder, o método não pode realmente ter por objeto senão os meios próprios para baldar, desprender, ou pelo menos aligeirar esse poder. (p. 43).

O nosso trabalho como estudiosos do discurso é, portanto, uma utopia, que não nos preserva da dominação (Barthes, 1980: 25), já que o discurso está “preso à fatalidade de seu poder”, mas, podemos tornar essa dominação mais leve. Daí a proposta de Barthes de começar por examinar, por conhecer o poder da língua e de seus discursos: “*A língua trabalhada pelo poder*. tal foi o objeto dessa primeira semiologia.” (p.33).

Bakhtin indica também algumas direções para os estudiosos do discurso ao definir o texto como objeto das ciências humanas (Barros, 1996: 23-26), ao afirmar que a especificidade das ciências humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou o discurso) (1992: 31). Para ele, as ciências humanas se voltam para o homem enquanto produtor de textos, ou seja, o homem se constrói como objeto de estudos nos ou por meio dos textos. As ciências humanas distinguem-se, assim, das ciências exatas e biológicas que examinam o homem “fora do texto”. Por isso mesmo, o método nas ciências humanas é, para Bakhtin (1986: 131-132), a “compreensão respondente”, a interpretação, dialógica por definição: nas ciências exatas e biológicas, procura-se conhecer um “objeto”, nas

ciências humanas, interpretar ou compreender um “sujeito”, produtor de textos. Daí, para o autor (Bakhtin, 1992: 403), as ciências não humanas se apresentarem como uma forma monológica do conhecimento:

As ciências exatas são uma forma monológica do conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele há a *coisa muda*. Qualquer objeto do conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar *mudo*; consequentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico.

Cabe, portanto, ao estudioso dos discursos (e dos demais estudos das humanidades), segundo Bakhtin, não emudecer o homem, dar-lhe voz.

Além disso, Bakhtin recusou tanto o formalismo, quanto o ideologismo na análise textual (Todorov, 1981: 37, 58), o primeiro por cortar as relações do texto com a sociedade, o segundo por ignorar que o texto tem estrutura própria e por não integrar a realidade social com a organização linguística. O risco do ideologismo tem sido, em geral, maior entre os estudiosos de Bakhtin e, para dele escapar, é preciso, com os meios desenvolvidos pelas diferentes teorias do discurso, buscar as formas, as estratégias, os procedimentos que fazem de um texto, mesmo dialogicamente constituído, discursos monofônicos e polifônicos. Procedimentos diversos expõem ou escondem as variadas perspectivas do discurso, os diálogos intertextuais ou interdiscursivos. Com o exame dessas estratégias, outras vozes se farão ouvir nessa busca do estudioso

do discurso de aligeirar a dominação pela linguagem e de dar voz ao sujeito das ciências humanas. O caminho, nos escritos de Bakhtin, está claramente apontado e tem sido percorrido por estudiosos do discurso de diferentes perspectivas e por muitos daqueles que explícita ou implicitamente deram seguimento às reflexões do autor. É, portanto, tarefa dos estudiosos do texto e do discurso o exame dos procedimentos e estratégias inumeráveis e diversificados de construção de discursos autoritários e poéticos, de produção de efeitos de monofonia e de polifonia discursiva. Esse saber contribui para a promoção da igualdade linguística e social.

## **Considerações finais**

Em estudos sobre os rumos da semiótica no Brasil e na América do Sul (Barros, 2007, 2009 e 2012) procuramos mostrar que, além de concorrer para o desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina, uma das preocupações centrais dos semioticistas que desenvolveram suas pesquisas nessa região foi sempre a de explicar os processos de significação do homem e da sociedade americanos, construir suas identidades, apontar seus traços universais e particulares. Com isso, em todos os países, foram desenvolvidas pesquisas em etnossemiótica, em sociossemiótica, em comunicação de massa, em política cultural, em literatura oral. São estudos que, como os demais estudos do texto e do discurso, se ocupam, em geral, da língua em uso e, portanto, em estreita relação com a história, a sociedade, a cultura. Resultam daí os grandes desenvolvimentos que tivemos no exame dos discursos poéticos em geral, e dos literários em particular, dos discursos da canção, dos discursos das gramáticas e dicionários, dos discursos didáticos e pedagógicos, dos discursos da crítica de arte, dos discursos publicitários e das mídias em geral, dos discursos intolerantes e preconceituosos, dos discursos de comunicação social e de massa, dos discursos míticos, dos discursos

sobre a memória, dos discursos psicanalíticos, dos discursos políticos, dos discursos sociais sobre os negros e os índios, dos discursos religiosos, sobretudo das novas religiões que em nosso país se desenvolveram enormemente, e assim por diante.

Em trabalhos diversos, apontamos o fato de que os diferentes estudos do texto e do discurso trouxeram novas posturas e objeto aos estudos da linguagem a partir da segunda metade do século XX, e de que o fizeram com fundamentos diferentes, em quadros teóricos diversos. Insistimos, porém, em que há um ponto de vista comum a tais estudos: eles ocupam o espaço vazio entre posições bem definidas e separadas pelos estudos linguísticos anteriores, e tratam assim, ao mesmo tempo, do social e do individual, da argumentação e da informação, da intersubjetividade e da subjetividade, da organização do discurso e do dialogismo. Por isso mesmo, esses estudos ocasionaram mudança de posicionamento nos estudos da linguagem e atribuíram a eles novos papéis: estabeleceram diálogos com outras teorias e favoreceram o alargamento do objeto. Os estudos da linguagem, graças aos do discurso, caminham assim para a multidisciplinaridade e para o exame de outras linguagens, além da verbal.

Dessa forma, os estudos do discurso tiveram e têm um papel digno de nota entre os estudos linguísticos, pois romperam com a tradição de estabilidade desses estudos e recuperaram a instabilidade própria da linguagem, e, com isso, estabeleceram ou retomaram diálogos com outras disciplinas e campos do conhecimento, tais como a retórica, a teoria e a crítica literária, os estudos de comunicação e de marketing, a antropologia, a história, a sociologia, e outras áreas e disciplinas. Estamos prontos, portanto, para o papel que estudiosos como Barthes, Bakhtin e Mía Couto nos atribuíram de produzir conhecimento sobre o poder da linguagem, sobre as estratégias discursivas de manutenção e exacerbação dessa dominação ou de seu mascaramento, em discursos discriminatórios, preconceituosos, intolerantes, de exclusão e de

incitação à violência, entre outros, e também sobre os procedimentos de construção de discursos contrários aos da dominação, ou seja, de discursos de aceitação e intervenção social. São, nesse caso, os discursos de agregação, de multilinguismo, de mistura, de mestiçagem, de diversidade sexual, de pluralidade religiosa, em que os “diferentes” deixarão de ser vistos como animalizados, antinaturais, anormais, doentes, feios, imorais. Esses novos discursos, em que as diferenças coexistem e dialogam entre si, são formas também de resistência à dominação linguística, ao poder da linguagem.

Os estudiosos do discurso no Brasil, entre os quais estão os semioticistas, têm contribuído para o conhecimento da cultura e da sociedade do país e para a construção dos discursos de aceitação e intervenção social, mas há ainda muito a ser feito. Por que apenas os historiadores devem falar dos “heróis nacionais” ou os sociólogos, dos sem-terra? Há outra perspectiva, outro ponto de vista, outro objeto, portanto, como diria Sausurre, construído pelos estudiosos do discurso (e pelos semioticistas) no exame dos discursos dos sem-terra ou sobre eles, do separatismo ou do racismo. E só o estudioso do discurso pode dar conta de descrever e explicar esse novo objeto (respondente, sujeito produtor de texto e por ele construído). Nesse quadro, cabe ao semioticista e ao estudioso do discurso em geral (Barros, 2013):

- examinar os discursos sociais e culturais do país, em busca de definições, de identidade, de formas de representação, de sentido enfim;
- buscar desenvolvimentos teóricos e metodológicos, que possam dar respostas aos desafios de uma sociedade multilíngue e pluricultural, ou seja, de uma sociedade da “mistura”, e não da “triagem” (Zilberberg, 2007), de uma sociedade mestiça e que tem a mestiçagem como patrimônio;
- institucionalizar a semiótica discursiva e outros estudos do discurso como disciplinas universitárias, o que favorece a



pesquisa, o ensino e a formação muito necessária de estudantes nessas áreas.

Reiteramos, como última consideração, que são os estudiosos do discurso que podem mostrar a dominação pela linguagem, produzir saberes sobre o poder da língua e dos seus discursos, e ensinar que é possível trapacear a língua, aligeirar a dominação, fazer ouvir vozes em conflito e construir discursos de aceitação e de intervenção social.

## Referências

- BAKTHIN, Mikhail. **La Poétique de Dostoïevski**. Paris: Seuil, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Le discours dans la vie et dans la poésie**. In: TODOROV, T. Mikhail Bakhtin. *Le principe dialogique*. Paris: Seuil, p. 181-216, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986. (original russo de 1929).
- \_\_\_\_\_. **Questões de literatura e de estética. A teoria do romance**. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Dialogismo, polifonia e enunciação**. In: D. L. P. de Barros e J. L. Fiorin (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade. Em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, p. 1-10, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso**. In: C. A. Faraco, C. Tezza e G. de Castro (orgs.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, p. 21-42, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Rumos da Semiótica**. *Revista Todas as Letras*, v. 9, p. 12-23, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Discurso, indivíduo e sociedade: preconceito e intolerância em relação à linguagem**. In: P. Navarro (org.) *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, p. 71-16, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Preconceito e intolerância em gramática do português.** In: D. L. P. de Barros e J. L. Fiorin (orgs.) *A fabricação dos sentidos – estudos em homenagem a Izidoro Blikstein*. São Paulo: Humanitas, p. 339-363, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O papel dos estudos do discurso.** In: D. da Hora, E. F. Alves & L. C. Espíndola (orgs.) *ABRALIN - 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária, p. 118-154, 2009.

\_\_\_\_\_. **A construção discursiva dos discursos intolerantes.** In: D. L. P. de Barros (org.). *Preconceito e intolerância. Reflexões linguístico-discursivas*. São Paulo: Editora Mackenzie, p. 255-270, 2011.

\_\_\_\_\_. **A semiótica no Brasil e na América do Sul:** rumos, papéis e desvios. *RELIN*, 20 (1), p. 149-186, 2012.

\_\_\_\_\_. **Política e intolerância.** In: O. N. Fulaneti e A. M. Bueno (orgs.). *Linguagem e política: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, p. 71- 92, 2013.

BARROS, D. L. P. de e FIORIN, J. L. (orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade.** *Em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, 1994.

FARACO, C. A., TEZZA, C. e CASTRO, G. de (orgs.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980.

COUTO, Mia. **Línguas que não sabemos que sabíamos.** In: *E se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-24, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II**. São Paulo: Nankin; EDUSP, 2014. (original francês de 1983, Paris: Seuil).

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008 (original francês de 1979).

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro. Ensaios de sociosemiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2012. (original francês de 1997, Paris: PUF).

TODOROV, Tzvetan; BAKHTIN, Mikhail. **Le principe dialogique.** Paris: Seuil, 1981.

Recebido em 12/11/2014 e Aceito em 30/03/2015.